



**DELIBERAÇÕES TOMADAS NO
PLENÁRIO DE 06-02-2024
Nota Informativa**





DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 06-02-2024
Nota Informativa

Na Sessão de Plenário Ordinário de 06-02-2024 estiveram presentes:

PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. Henrique Luís de Brito de Araújo

VICE-PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes

VOGAIS INDICADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – Prof. Doutor José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Juíza Conselheira Dra. Graça Maria Lima de Figueiredo Amaral

VOGAIS ELEITOS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – Prof. Doutor António Alberto Vieira Cura; Dr. António José Barradas Leitão; Prof^a Doutora Inês Ferreira Leite; Dr. José Manuel Morbey de Almeida Mesquita; Prof. Doutor Fernando Licínio Lopes Martins

VOGAIS ELEITOS PELOS MAGISTRADOS JUDICIAIS – Juíza Desembargadora Dra. Ana Isabel de Azeredo Rodrigues Coelho Fernandes da Silva; Juiz Desembargador Dr. Filipe Manuel Nunes Caroço; Juiz de Direito Dr. Tiago Rafael da Silva Moura Pires Pereira; Juíza de Direito Dra. Rita Fabiana de Figueiredo e Castro da Mota Soares; Juiz de Direito Dr. Júlio Gantes Gonçalves da Costa; Juíza de Direito Dra. Raquel Patrícia Rocha de Matos Rolo

JUÍZA SECRETÁRIA- Juíza de Direito Ana Cristina Dias Chambel Matias

FUNCIONÁRIOS – José António Carvalho Martins; Florbela Trindade

*



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 06-02-2024

Nota Informativa

Na Sessão de Plenário de 06/02/2024, com início pelas 10h05m, o Conselho Superior da Magistratura tomou as seguintes deliberações:

*

1 - Foi deliberado por unanimidade concordar com a proposta do Exmo. Vogal Dr. Tiago Pereira, relativamente ao desempenho da Exma. Senhora Juíza de Direito Dra. XX e proceder a uma averiguação, sobre o estado do serviço afeto e o impacto da saúde no exercício da função que está confiada à Exma. Senhora Juíza, designadamente quanto às condições da mesma para exercer as funções que lhe estão confiadas, de forma a habilitar este CSM a melhor ponderar qual a medida (ou medidas) a tomar, nos termos constantes da deliberação do plenário na sua sessão de 05/12/2023 (procedimento n.º 2023/GAVPM/3782), nomeando-se o Exmo. Senhor Inspetor Judicial Juiz Desembargador Dr. Vítor Ribeiro para a sua instrução.

2 - Foi deliberado por unanimidade desligar do serviço por motivo de aposentação por limite de idade, o Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação do Porto, Dr. António Augusto de Carvalho, com efeitos reportados a 04 de novembro de 2023.

3 - Foi deliberado por unanimidade nomear nos termos do n.º 3 e 5 do artigo 13.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, Júris das provas escritas de acesso ao 41.º Curso de Formação de Magistrados, os magistrados judiciais propostos pelo Centro de Estudos Judiciários e comunicados a este Conselho Superior da Magistratura, através do ofício com a referência n.º 04/2024-GD, que aqui se dá por integralmente reproduzido.

4 - Foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Exma. Senhora Vogal Juíza Desembargadora Dra. Ana de Azeredo Coelho, atento o requerido pelo Exmo. Senhor Juiz Desembargador XXX, cujo teor se dá por integralmente reproduzida e dar conhecimento desta deliberação aos serviços de inspeção deste Conselho do teor dos acórdãos do Tribunal da Relação e aos despachos proferidos, na sequência deles, pelo Juiz do TCIC.

~

5 - Foi deliberado nomear o Coronel de Infantaria Pedro Manuel Tinoco Ferreira como Juiz Militar, no *Juízo Central Criminal de Lisboa*, ramo da GNR.



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 06-02-2024

Nota Informativa

6 - Foi deliberado nomear o *Exmo. Coronel de Infantaria Manuel Augusto Silva Caldeira*, como Juiz Militar, no Juízo Central Criminal do Porto, ramo da GNR.

7 - Foi deliberado por maioria proceder à renovação da comissão de serviço do Exmo. Senhor Juiz Desembargador Dr. Artur José Carvalho de Almeida Cordeiro como Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

8 - Foi deliberado por maioria não proceder à renovação da comissão de serviço da Exma. Juíza Desembargadora Dra. Anabela Cristina Nunes Rocha como Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte.

9 - Foi deliberado por unanimidade proceder à renovação da comissão de serviço da Exma. Juíza de Direito Dra. Gabriela Lopes Feiteira como Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste.

10 - Foi deliberado por unanimidade deferir o pedido da Exma. Senhora Juíza de Direito Dra. Sónia Marília Sousa Braga, a exercer funções no Juízo de Família e Menores de Ponta Delgada, candidata a vogal da direção nacional, pela lista "Lado a Lado com os Juízes - Proximidade e Independência" de dispensa de serviço nos dias 14 de fevereiro, parte da tarde, 15 de fevereiro (todo o dia), e ainda no dia 4 de março de 2024 (todo o dia), para efeitos de participação em iniciativas de divulgação do programa da lista candidata que integra junto de colegas, nos tribunais.

11 - Foi deliberado por unanimidade deferir pedido do Exmo. Sr. Dr. José Emanuel Guimarães Freitas, Juiz de Direito, em funções no Juízo Local Cível de Ponta Delgada, candidato ao Conselho Geral (representação nacional), pela lista "Lado a Lado com os Juízes - Proximidade e Independência", de dispensa de serviço nos dias 14 de fevereiro (todo o dia) e 4 de março de 2024 (todo o dia), para efeitos de participação em iniciativas de divulgação do programa da lista candidata que integra junto de colegas, nos tribunais.

12 - Foi deliberado por maioria deferir o pedido de suspensão da distribuição no período de campanha eleitoral para a ASJP formulado pelos Senhores Juízes Desembargadores do Tribunal da



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 06-02-2024

Nota Informativa

Relação de Lisboa e do Tribunal da Relação de Évora, respetivamente, Dr. Nuno Miguel de Jesus Lopes Matos e Dr. José Francisco Moreira das Neves no período de campanha eleitoral para a ASJP.

13 - Foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento e nada ter a opor relativamente à participação, como orador, no XIII Congresso do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, a realizar em Ponta Delgada, nos dias 28 de fevereiro a 2 de março de 2024, no painel da manhã do dia 29 de fevereiro.

14 - Foi deliberado por unanimidade autorizar o pedido do Exmo. Senhor Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa Dr. Luís Filipe Brites Lameiras, atualmente a exercer funções em comissão de serviço como Inspetor Judicial do Conselho Superior da Magistratura, nos termos do artigo 8.º-A, n.º 4, do Estatuto dos Magistrados Judiciais, a colaborar com a Universidade Católica Portuguesa, na co-regência da cadeira de Recursos em Processo Civil, do Curso de Mestrado Forense, que decorre na Faculdade de Direito daquela Universidade (Escola de Lisboa), que consiste no proferimento de aulas, de cerca de 1h15m em cada semana, durante o segundo semestre do Curso e deliberado por maioria, indeferir a colaboração solicitada com a Universidade Nova de Lisboa, na co-regência da disciplina Simulação de Exames de Acesso ao CEJ, do Curso de Mestrado em Direito Forense e Arbitragem – vertente Magistratura Judicial, considerando que o Sr. Inspetor já obteve uma autorização para lecionar e a segunda, por poder comprometer o serviço inspetivo a realizar.

15 - Foi deliberado por unanimidade desligar do serviço por efeitos de aposentação por incapacidade a Exma. Senhora Juíza de Direito da Comarca de Lisboa Oeste - Juízo de Família e Menores de Sintra - Juiz 3, Dra. Maria Helena Ferreira dos Santos Pinto, com os efeitos previstos no artigo 70.º, n.º 1, al. b), do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

16 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o projeto elaborado pela Exma. Vogal Dra. Raquel Rolo de indeferir a reclamação apresentada pela Senhora XXX e outros, do despacho do Senhor Vice-Presidente que homologou a proposta do Exmo. Senhor Vogal do C.S.M.

17 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o projeto elaborado pelo Exmo. Vogal Dr. Júlio Gantes de indeferir a reclamação apresentada pelo Senhor Dr. XXX, do despacho do Senhor Vice-Presidente que homologou a proposta da Exma. Senhora Vogal do C.S.M.



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 06-02-2024

Nota Informativa

18 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o projeto elaborado pelo Exmo. Vogal Dr. Júlio Gantes de indeferir a reclamação apresentada pelo Senhor XXX, do despacho do Senhor Vice-Presidente que homologou a proposta do Exmo. Senhor Vogal do C.S.M.

19 - Foi deliberado por unanimidade aprovar e concordar com o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Conselho Superior da Magistratura Judicial da República de Angola e o Conselho Superior da Magistratura de Portugal.

20 - Foi deliberado por maioria aprovar o projeto de deliberação do Exmo. Senhor Vogal Prof. Doutor António Vieira Cura que contém o seguinte trecho decisório: “delibera o Plenário do Conselho Superior da Magistratura considerar procedente a impugnação da deliberação tomada pela Secção de Assuntos Inspecivos e Disciplinares na sua reunião de 26-09-2023, que atribuiu ao Senhor Juiz de Direito Dr. Mário João Alves Pinto do Amaral a classificação de «Suficiente», pelo serviço prestado no período que decorreu entre 22-12-2020 e 19-04-2023, e alterar a classificação atribuída ao Impugnante para «Bom».”

21 - Foi deliberado por maioria deliberar que não é aplicável a Lei da Amnistia determinando-se a remessa dos autos à distribuição pelos Exmos. Senhores Conselheiros que votaram nesse sentido para elaboração de projeto de decisão, para posterior assinatura pelos presentes, de acordo com o supra deliberado.

22 - Foi deliberado por unanimidade e, nos termos do protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Justiça da República Portuguesa e o Ministério da Justiça da República Democrática de Timor-Leste, autorizar a renovação da comissão de serviço do Exmo. Senhor Juiz Desembargador Dr. Luís Miguel Jardim Baptista Ramos Lopes, a desempenhar essas funções, pelo período de um ano, com efeitos a 25 de abril de 2024, como Inspetor Judicial Internacional junto do Conselho Superior da Magistratura Judicial de Timor-Leste.

23 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o novo modelo de relatório inspetivo tipo, do art.º 19.º, n.ºs 1 e 2 do RICSM, com as alterações introduzidas pelo Serviço de Inspeção, apenas com a ressalva do conteúdo constante no ponto 2 do mesmo (2. Registo classificativo e disciplinar)



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 06-02-2024

Nota Informativa

referente à parte disciplinar (*"No que diz respeito ao registo disciplinar, referir tudo o que consta do registo disciplinar do/a Inspeccionado/a"*), uma vez que nos termos do disposto na alínea m) do art.º 33.º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, *"apenas devem ser mencionadas as sanções disciplinares aplicadas no período a que se reporta a inspeção"*, e mais foi deliberado divulgar o mesmo pelas equipas inspetivas.

24 - Foi deliberado por unanimidade abrir procedimentos para preenchimento das vagas que oportunamente ocorrerão, relativamente às comissões de serviço como Inspetores Judiciais dos Exmos. Senhores Juízes Desembargadores Dr. Manuel Pinto dos Santos e Dr. Luís Miguel Vaz da Fonseca Martins, nos termos do n.º 3 do art.º 29.º do Novo Regulamento de Inspeções do Conselho Superior da Magistratura, devendo as permutas para as respetivas áreas apenas ocorrer em abril de 2024 para que o início de funções dos novos inspetores a recrutar apenas ocorra em Setembro e com efeitos a 1.09.2024, por forma a permitir a conclusão das inspeções constantes do plano de inspeções em curso.

25 - Foi deliberado por unanimidade autorizar a renovação da comissão de serviço da Exma. Senhora Juíza de Direito Ana Cláudia Figueiredo dos Santos de Cáceres Pires, como subdiretora-geral da Direção-Geral da Administração da Justiça, com efeitos a 15 de janeiro de 2024, ao abrigo do disposto no artigo 62.º, n.ºs 1, 4 e 5 do E.M.J. e artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, pelo período de um ano, atenta a responsabilidade que a mesma detém em vários projetos em curso no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência em curso na D.G.A.J., nos quais assume a respetiva coordenação, ao conhecimento que detém nas matérias que são abrangidas por todos os projetos pendentes e aos apertados prazos para a sua concretização, conforme descrito no mencionado pedido e não por três anos considerando que a comissão de serviço da Exma. Senhora diretora-geral da D.G.A.J. termina já no próximo dia 19 de novembro.

26 - Foi deliberado por unanimidade nomear o Exmo. Senhor Juiz de Direito Dr. Francisco José Nunes Galvão Correia, como substituto do Exmo. Senhor Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre nas suas faltas e impedimentos, bem como, nos termos do estatuído no artigo 95.º, n.º 1 e 2 da Lei da Organização do Sistema Judiciário, nomear o mesmo, como magistrado judicial coordenador dos juízos sediados no núcleo de Portalegre.

27 - Foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto do AVISO para seleção e nomeação do Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre.



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 06-02-2024

Nota Informativa

28 - Foi deliberado por unanimidade aprovar o texto da Revisão do Regulamento Interno do Conselho Superior da Magistratura (CSM).

29 - Foi deliberado por unanimidade solicitar a realização de consulta no âmbito da medicina no trabalho ao Exmo. Senhor Juiz Desembargador para quantificar a mencionada incapacidade funcional nos termos do disposto no artigo 9.º, n.º 3 do Regulamento n.º 269/2021, referente às Situações de Alteração, Redução ou Suspensão da Distribuição de Processo, publicado no DR, 2.ª série, em 22/03/2021, assegurando o CSM a contratação de ato avulso tendente à realização dessa avaliação, uma vez que o Tribunal da Relação ----- ainda não tem implementada a medicina no trabalho pese embora tenha solicitado em 20/07/2022 a adesão ao procedimento através da unidade de compras do Ministério da Justiça, e ainda mais foi deliberado conceder desde já, a título provisório, a redução de 60%.

30 - Foi deliberado por unanimidade concordar com a proposta do Exmo. Senhor Vogal Dr. Júlio Gantes e cujo teor se considera integralmente aqui reproduzido, relativamente ao pedido da Exma. Senhora Juíza de Direito Dra. Paula Cristina Ramos Nunes de Carvalho e Sá, que requer que seja retificada a lista de antiguidade por referência a 31 de dezembro de 2021.

31 - Foi deliberado por unanimidade a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de ponderar a elaboração pelo CSM de linhas orientadoras ou "*guidelines*" sobre o acesso da imprensa aos processos judiciais e que será constituído pela Sra. DPO deste Conselho, Dra. Sofia Wengorovius, pelo Adjunto do GAVPM, Dr. Fernando Andrade, pela Dra. Laura Perdigão e por um Senhor Jornalista a indicar pelo respetivo sindicato.

32 - Foi deliberado por unanimidade concordar com a proposta apresentada pela Exma. Senhora Vogal Dra. Raquel Rolo, relativamente ao Juízo Criminal de Ourém, em face da baixa por gravidez de risco da titular, Dra. XXX, sendo que relativamente à afetação dos processos identificados e que pendem no juízo de competência criminal de Ourém, o serão através de sorteio pelas Exmas. Sras. Juízas de Direito que exercem aí funções em acumulação de serviço e identificadas na referida proposta.

39 - Foi deliberado por unanimidade desligar do serviço por efeitos de aposentação/jubilção a Exma. Senhora Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Guimarães, Dra. Maria da



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 06-02-2024

Nota Informativa

Conceição Correia Ribeiro da Cruz Bucho, com os efeitos previstos no artigo 70.º, n.º 1, al. b), do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

40 - Foi deliberado por unanimidade concordar com o projeto de alteração ao Regulamento do Quadro Complementar de Juízes a que alude o artigo 45.º-B, n.º 5, do Estatuto dos Magistrados Judiciais e circular o projeto de alteração ao Regulamento do Quadro Complementar de Juízes a que alude o artigo 45.º-B, n.º 5, do Estatuto dos Magistrados Judiciais pela Associação Sindical do Juízes Portugueses bem como pelos Exmos. Senhores Juízes, para, querendo, se pronunciarem no prazo de 30 (trinta) dias.

41 - Foi deliberado por unanimidade aprovar o projeto de Regulamento sobre a aplicação nos Tribunais de Relação da medida de exercício de funções em acumulação e circular o projeto de Regulamento sobre a aplicação nos Tribunais de Relação da medida de exercício de funções em acumulação mesmo pela Associação Sindical do Juízes Portugueses bem como pelos Exmos. Senhores Juízes, para, querendo, se pronunciarem no prazo de 30 (trinta) dias.

42 - Foi deliberado por unanimidade desligar do serviço por efeitos de aposentação por limite de idade o Exmo. Senhor Juiz de Direito do Juízo central cível e criminal de Bragança, Dr. Felisberto Agostinho dos Santos, com os efeitos reportados a 2 de fevereiro de 2024.

O Senhor Presidente do Conselho Superior da Magistratura, designou o próximo dia 5 de março de 2024, pelas 10,00 horas para a realização do Plenário Ordinário e o dia 27 de fevereiro de 2024, pelas 10,00 horas para a realização da Secção de Assuntos Inspetivos e Disciplinares do Conselho Permanente, as 11,30 horas para a realização da Secção de Acompanhamento e de Ligação aos Tribunais do Conselho Permanente e pelas 14,30 para a realização do Conselho Administrativo.

Lisboa, 12 de março de 2024.

A Juíza-Secretária do Conselho Superior da Magistratura,

Ana Chambel Matias